ANÁLISE DOS PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO E RECEBIMENTO: um estudo de caso de uma empresa do comércio de Itumbiara-GO período de 2017 e 2018

Carlos Eduardo Rodrigues MENDES[1]
Andréia Aparecida BORGES[2]

RESUMO

O presente artigo visa apresentar uma abordagem sobre a importância da análise das demonstrações financeiras, dando ênfase na análise do prazo médio de recebimento e prazo médio de pagamento, com o objetivo de compreender, identificar e mensurar cada um deles no período de 2017 e 2018, utilizando como fonte de dados o balanço patrimonial e a demonstração dos resultados do exercício extraídos da análise das demonstrações financeiras da empresa em questão, comércio da cidade de Itumbiara Goiás. Diante do proposto e mediante as análises realizadas para o presente estudo foi possível identificar que a empresa apresenta liquidez e está obtendo lucros nos períodos analisados, porém 70% do Ativo total é representado pelas contas "Duplicatas a Receber e Estoques" o que foi determinante para os resultados encontrados quanto ao Endividamento, Prazos médios de Pagamentos e Recebimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Análise das demonstrações, Pagamentos, Recebimentos, Empresa.

ABSTRACT

This article aims to present an approach on the importance of the analysis of the financial statements, emphasizing the analysis of the average period of receipt and average period of payment, in order to understand, identify and measure each of them in the period of 2017 and 2018, using the balance sheet and the income statement for the year extracted from the analysis of the financial statements of the company in question, commerce in the city of Itumbiara Goiás, as a data source. Given the proposal and through the analyzes carried out for the present study, it was possible to identify that the The company has liquidity and is making profits in the analyzed periods, however 70% of the total assets is represented by the accounts "Duplicates receivable and inventories", which was decisive for the results found in terms of indebtedness, average terms of payments and receipts.

KEY WORDS: Statement Analysis, Payments, Receipts, Company.

[1] Carlos Eduardo Rodrigues Mendes - Bacharelando no curso de Ciências Contábeis pela Faculdade Santa Rita de Cássia – Brasil - E-mail:carloseduardomendes18@hotmail.com
[2] Andréia Aparecida Borges - Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela Pontifícia Católica de Goiás PUC/GO - E-mail:andreiaa_borges@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Com advento da Globalização, constantes avanços da tecnologia e o crescimento do desemprego no Brasil nos últimos anos, fez com que muitas pessoas optassem por abrir seu próprio negócio buscando liberdade, autonomia ou melhor condição financeira. Porém estas e outras pessoas iniciam empresas sem conhecimento algum do assunto como fatores importantes acerca do ramo de atividade, investimento inicial, planejamento, controle das atividades da empresa, capital de giro, prazos de pagamento, recebimentos entre outros assuntos que fazem parte deste grande desafio de empreender, no qual abordaremos com mais ênfase no decorrer desta pesquisa.

Diante desse contexto, ao redirecionar para a questão financeira da empresa, convém referenciar que na atualidade os conhecimentos básicos da área não tem sido seguidos pelos gestores, devido à falta de conhecimento, experiência, e por um foco grande na área produtiva e comercial. Desse modo, muitas empresas acabam por não cuidar devidamente da gestão financeira, o que traz resultados negativos como não ter as informações corretas sobre saldo do caixa, valor dos estoques das mercadorias, valor das contas a receber e a pagar, não saber se a empresa está apresentando lucro ou prejuízo em suas atividades operacionais, não calculam corretamente o preço de venda, pois não são conhecidos seus custos e despesas, entre outros. Estes resultados citados anteriormente, além de prejudicar a análise geral da empresa a curto e longo prazo, impede o crescimento tão desejado, influenciam na tomada de decisão e podem direcionar o negócio para o fracasso.

No desenvolvimento dessa pesquisa, considerou-se relevante buscar compreender de que modo os prazos médios de pagamento a fornecedores e recebimentos de vendas pode afetar a empresa, em virtude de que muitos empresários não cuidam devidamente destes prazos, o que, por exemplo, provoca redução do fluxo de caixa e pouco investimento. Desta forma, grande parte das empresas que fecham as portas antes dos cinco anos de vida tem causas financeiras na raiz do problema.

Na atualidade, os resultados apresentados pelas empresas buscam aumentar o valor do patrimônio por meio da geração do lucro, ou seja, o foco dos gestores é a lucratividade. No entanto é muito comum que os empresários deixem de acompanhar os prazos médios de pagamentos e recebimentos componentes importantes para uma adequada gestão financeira, logo este e outros fatores provocam efeitos negativos na operacionalidade da organização e nas Demonstrações Financeiras.

O objetivo da pesquisa é analisar os prazos médios de pagamentos e recebimentos com base em relatórios disponibilizados pelo sistema (USE – Software Integrado para lojas) “sistema interno utilizado pela empresa estudada” e as demonstrações contábeis da mesma, no período de 2017 a 2018 identificando quais fatores precisam ser melhorados para que a empresa mantenha suas operações do dia a dia, calcular a DRE (demonstração do resultado do exercício) anual para verificar se a mesma está obtendo lucro nos períodos.

É importante lembrar, que para conseguir manter uma boa saúde financeira é de fundamental importância que os gestores conheçam e exerçam um rigoroso controle interno das operações e uma completa gestão dos prazos médios de pagamentos e recebimentos da organização. Diante da importância deste tema, a pesquisa traz um alerta para as empresas e visa ressaltar a relevância dos prazos, onde sua má administração pode provocar problemas graves como falta de dinheiro no caixa, atrasos de pagamentos aos fornecedores, pouco investimento na empresa, captar recursos de terceiros com altas taxas de juros, entre outros.

Diante desse contexto o presente trabalho tem caráter bibliográfico, categoria descritiva e abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando como fontes de dados, relatórios internos da empresa, balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, relativo aos anos de 2017 a 2018.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis tem por objetivo...

> “ De acordo com CPC 26 -
> Apresentação das demonstrações contábeis: O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. ”

Segundo Assaf e Lima (2017), as demonstrações são um conjunto de informações apuradas e divulgadas pela empresa, revelando vários resultados de seu desempenho. Possibilitando dessa forma, obter conclusões sobre a situação atual da empresa, servindo como fonte para seus usuários.

Figura 1- Usuários das demonstrações

(MARTINS, Eliseu et al, 2018, p. 4)

Já Martins, Miranda e Diniz (2018), dizem que a análise das demonstrações contábeis tem por objetivo fornecer informações para a tomada de decisão dos usuários finais da contabilidade. Estas informações precisam estar representando a realidade das organizações para que os objetivos dos usuários sejam também atendidos.

2.2 Do Balanço Patrimonial

Segundo Bruni (2014), balanço patrimonial é o mais básico relatório da Contabilidade e demonstra bens e direitos em distinção das obrigações e patrimônio líquido. Pela sua representação de equilíbrio, recebe o nome de Balanço Patrimonial, representando os dados do patrimônio em um determinado período de tempo. Já Rios e Marion (2017), o balanço patrimonial busca evidenciar bens e direitos, obrigações e patrimônio líquido para o fim de apresentar a situação patrimonial e financeira da empresa.

Figura 2 – Balanço Patrimonial

<table>
<tr><th>Ativo</th><th>Passivo</th></tr>
<tr><td>Circulante
São contas que estão constantemente em movimento, sendo que a conversão em dinheiro deverá ser feita, no máximo, dentro do exercício social seguinte.[1]</td><td>Circulante
São obrigações que serão liquidadas dentro do exercício social seguinte.</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Não Circulante
Correspondem a bens e direitos que se transformarão em dinheiro em intervalo superior ao término do exercício social seguinte.</td><td>Não Circulante
São obrigações exigíveis que serão liquidadas após o término do exercício social seguinte.</td></tr>
<tr><td>Patrimônio Líquido
Correspondem aos recursos dos sócios aplicados na empresa.</td></tr>
</table>

(BRUNI, Adriano Leal, 2014 p. 2)

Bruni (2014) ainda diz que visando uma análise financeira vale ressaltar que é comum a utilização de outras expressões para denominar a estrutura do balanço como por exemplo, o Ativo é chamado de Investimentos e o Passivo de Financiamentos. Dessa forma a análise financeira detém que o balanço patrimonial não seria Ativo = Passivo, e sim que deve existir um equilíbrio entre Investimentos e Financiamentos.

2.3 Demonstração do Resultado do Exercício

Segundo Bruni (2014):

> "Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) de uma entidade registra a geração do lucro ou prejuízo. Subtraindo das Receitas, as Deduções, Custos, Despesas e Imposto de Renda da entidade, a DRE apresenta o resultado encontrado sob a forma de lucro ou prejuízo. "

Segundo Bruni (2014), a DRE é contabilizada através do regime de competência, o que na visão financeira é crucial pois o lucro apresentado na DRE não quer dizer que a empresa possui Caixa. Sendo assim, uma empresa pode apresentar lucro em determinado período, porém possui problemas de liquidez por ter feito todas as suas vendas a prazo e, dessa forma a empresa possui lucro, assim como também não possui caixa.

Segundo Rios e Marion (2017), a DRE poderá ser elaborada pelo método de natureza por gastos ou o método de função da despesa, sendo a última a utilizada no Brasil. Na concepção de Martins, Miranda e Diniz (2018), a DRE é importante para a tomada de decisão tanto dentro como fora da empresa, pois apresenta de forma esquematizada o lucro e o prejuízo da entidade em determinado exercício social.

2.4 Demonstração de Fluxo de Caixa

Segundo Bruni (2014), a Demonstração do Fluxo de Caixa estrutura a movimentação de caixa da empresa. A DFC analisa a variação da conta com maior liquidez no grupo dos ativos circulantes: a conta caixa. A DFC fornece, portanto, uma análise mais abrangente. Com outras palavras, Rios e Marion (2017) reforça que a Demonstração de Fluxo de Caixa apresenta dinamicamente a geração de caixa dentro da empresa com o fim específico de evidenciar o resultado financeiro em determinado período. Já Martins, Miranda e Diniz (2018), ressaltam que é por meio da Demonstração de Fluxo de Caixa que os usuários internos e externos podem avaliar a capacidade financeira da empresa na parte de geração de lucro e quitação de dívidas.

3. ANÁLISE FINANCEIRA E INDICADORES ECONÔMICOS

3.1 Dos Indicadores

A base para se achar os indicadores financeiros são as demonstrações contábeis, que por erros humanos podem sim conter valores irreais. Porém, Bruni (2014) afirma que os cálculos das análises não podem ser considerados como indicadores individuais, elas devem ser analisadas em conjunto e em comparativo com as outras demonstrações de períodos diferentes.

3.2 Índices de Liquidez

Com o propósito de estudar a saúde financeira da empresa, temos o índice de liquidez geral, que segundo Bruni (2014), representa a relação dos ativos realizáveis com os ativos circulantes e as aplicações a longo prazo. De forma mais resumida, o índice de liquidez geral nada mais é do que o valor que temos a receber para cada real que gastamos na empresa. Observando que na análise o índice deve sempre dar maior do que 1 para ser considerado seguro, a liquidez geral pode ser representada pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

Martins, Miranda, Diniz, 2018. P.108

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2018), o índice de liquidez corrente mostra o quanto a empresa tem de ativo a curto prazo para cada real de dívida a curto prazo e sendo assim, consegue demonstrar se a empresa possui capital para liquidação de suas dívidas e se passa por problemas financeiros. A liquidez corrente pode ser representada pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Martins, Miranda, Diniz, 2018. P.106

Sobre a liquidez seca, Martins, Miranda e Diniz (2018), diz que o índice mostra a parcela das dívidas a curto prazo (passivo circulante) que poderiam ser pagas pela utilização de itens de maior liquidez no ativo circulante, basicamente disponível e contas a receber. Já

Assaf e Lima (2017), afirmam que os estoques não apresentam liquidez compatível com o grupo patrimonial que estão inseridos, pois sua realização é mais demorada que os demais elementos do ativo circulante. As despesas pagas antecipadamente também devem ser excluídas do cálculo de liquidez por representarem a entrada futura de alguma prestação de serviço ou benefícios. A liquidez seca pode ser representada pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Martins, Miranda, Diniz, 2018. P.107

Referente ao índice de liquidez imediata, Martins, Miranda e Diniz (2018), dizem que é a relação de parcelas de endividamentos de curto prazo que podem ser pagas imediatamente com caixas e equivalentes de caixa, mostrando a capacidade que a companhia possui, nesse exato momento, de arcar com as suas dívidas de curto prazo. Em conformidade com Assaf e Lima (2017), ambos dizem que liquidez imediata é a porcentagem das dívidas de curto prazo (passivo circulante) que pode ser saldada imediatamente pela empresa e por suas disponibilidades de caixa. A liquidez imediata pode ser representada pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Caixa e Equivalente de caixa}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Martins, Miranda, Diniz, 2018. P.108

3.3 Índice de Endividamento

Conforme Bruni (2014), o índice de endividamento é a porcentagem de ativos e investimentos financiados com capital de terceiros. Se for considerado que a empresa, um dia, pode vir a falência não é interessante manter o índice de endividamento alto. Segundo Martins, Miranda e Diniz (2018), o índice de endividamento mostra o quanto de dívida de terceiros a empresa possui para cada 1 real de patrimônio líquido investido. O índice de endividamento pode ser representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio liquido}}$$

Martins, Miranda, Diniz, 2018. P.119

Bruni (2014), ainda diz que sempre deve-se avaliar a qualidade da dívida antes de considerar apenas o número obtido no índice. Financiamentos a longo prazo e com baixa taxa de juros é bem visto, pois aumenta a rentabilidade da empresa no período, já os financiamentos de curto prazo podem prejudicar significativamente o caixa da empresa.

3.4 Índices de retorno sobre o investimento (ROI)

Ainda segundo Bruni (2014), o índice de retorno sobre o investimento (ROI) apresenta uma relação dos lucros obtidos pela empresa em comparação aos recursos que foram investidos. O (ROI) pode ser representado pela seguinte fórmula:

$$ROI = (Lucro\ Líquido/Ativo\ Total) \times 100$$

(BRUNI, Adriano Leal, 2014 p. 213)

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2018), o índice de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) demonstra a capacidade da empresa em retornar o investimento feito pelos sócios na empresa. O (ROE) pode ser representado pela seguinte fórmula:

$$ROE = (Lucro\ Líquido/Patrimônio\ Líquido) \times 100$$

(BRUNI, Adriano Leal, 2014 p. 214)

3.5 Prazo Médio de Estocagem (PME)

Segundo Bruni (2014), o prazo médio de estocagem indica qual o período que a empresa está mantendo o estoque parado. Já Martins, Miranda e Diniz (2018), dizem que o prazo médio de estocagem é o tempo médio gasto desde a compra da mercadoria até a sua saída para uso na produção. Bruni (2014), ainda diz que para se encontrar o prazo médio de estocagem deve-se primeiro encontrar o estoque médio, que é a soma do valor da conta estoque de dois anos ou se no caso for apenas um ano analisado deve-se considerar o único valor como média. O PME pode ser expresso pela seguinte equação:

$$PME\ em\ dias = (Estoque\ Médio \times 365)/Custo\ dos\ Produtos\ Vendidos$$

(BRUNI, Adriano Leal, 2014 p. 183)

3.6 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (PMPF)

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2018), o prazo médio de pagamento a fornecedores busca mostrar a quantidade de tempo que a entidade gasta para pagar suas compras a prazo. Já Bruni (2014), complementa dizendo que o indicador prazo médio de pagamento (PMP) indica quantos dias, semanas, meses ou anos a empresa poderá esperar, em média, antes de pagar suas dívidas junto a seus fornecedores pelas compras efetuadas a prazo. O prazo médio de pagamento a fornecedores pode ser expresso na seguinte fórmula:

$$\text{PMP em dias} = (\text{Fornecedores Médio} \times 365)/\text{Compras}$$

(BRUNI, Adriano Leal, 2014 p. 189)

3.7 Prazo Médio de Cobrança (PMC)

De acordo com Bruni (2014), o prazo médio de cobrança ou também como é conhecido, prazo médio de recebimento de vendas (PMR), indica o tempo que a empresa irá gastar para receber suas vendas a prazo. Para Martins, Miranda e Diniz (2018), o prazo médio de cobrança é o prazo médio gasto por uma entidade para receber suas vendas. Este pode ser expresso na seguinte fórmula:

$$\text{PMR em dias} = (\text{Clientes Médio} \times 365)/\text{Vendas líquidas}$$

(BRUNI, Adriano Leal, 2014 p. 186)

Martins, Miranda e Diniz (2018), ressaltam sobre o valor a ser utilizado como vendas no cálculo:

> “ Deve-se trabalhar com as vendas brutas, pois a conta Duplicatas a Receber computa o valor total das vendas, incluídos todos os impostos sobre venda (ICMS, IPI, ISS, PIS, COFINS e outros de setores específicos). Portanto devem-se utilizar as vendas brutas (inclusive com IPI) descontadas de devoluções, abatimentos, etc., ou seja, os mesmos valores que compõe a conta Duplicatas a Receber. ”

4. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos do presente trabalho têm caráter bibliográfico, categoria descritiva e abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando como fontes de dados, relatórios internos da empresa, balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, relativo aos anos de 2017 a 2018.

5.DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quadro 1: Balanço

BALANÇO PATRIMONIAL		
CONTAS	**2017**	**2018**
Ativo Circulante	**1.645.842,24**	**1.753.155,74**
Caixa	383.309,69	268.316,78
Bancos	6.356,20	6.606,93
Aplicações Financeiras	382,32	90,31
Duplicatas a Receber	622.833,88	652.183,05
Estoques	625.855,35	813.611,96
Adiantamentos a Fornecedores	5.223,87	12.346,71
Tributos e Contribuições a Recuperar	1.880,93	-
Ativo Não Circulante	**67.794,24**	**56.466,51**
Imobilizado	67.794,24	56.466,51
Ativo Total	**1.713.636,48**	**1.809.622,25**
Passivo Circulante	**898.301,86**	**916.409,64**
Fornecedores	305.425,16	423.358,65
Salários e Encargos	22.893,11	17.972,14
Impostos a Pagar	16.092,06	33.012,38
Empréstimos e Financiamentos CP	183.333,32	108.333,26
Empréstimos de Terceiros	370.558,21	333.733,21
Passivo Não Circulante	**450.097,52**	**453.421,59**
Empréstimos e Financiamentos LP	116.666,68	83.333,36
Empréstimos de Terceiros LP	333.430,84	370.088,23
Patrimônio Líquido	**365.237,10**	**439.791,02**
Capital Social	100.000,00	100.000,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	265.237,10	339.791,02
Passivo Total	**1.713.636,48**	**1.809.622,25**

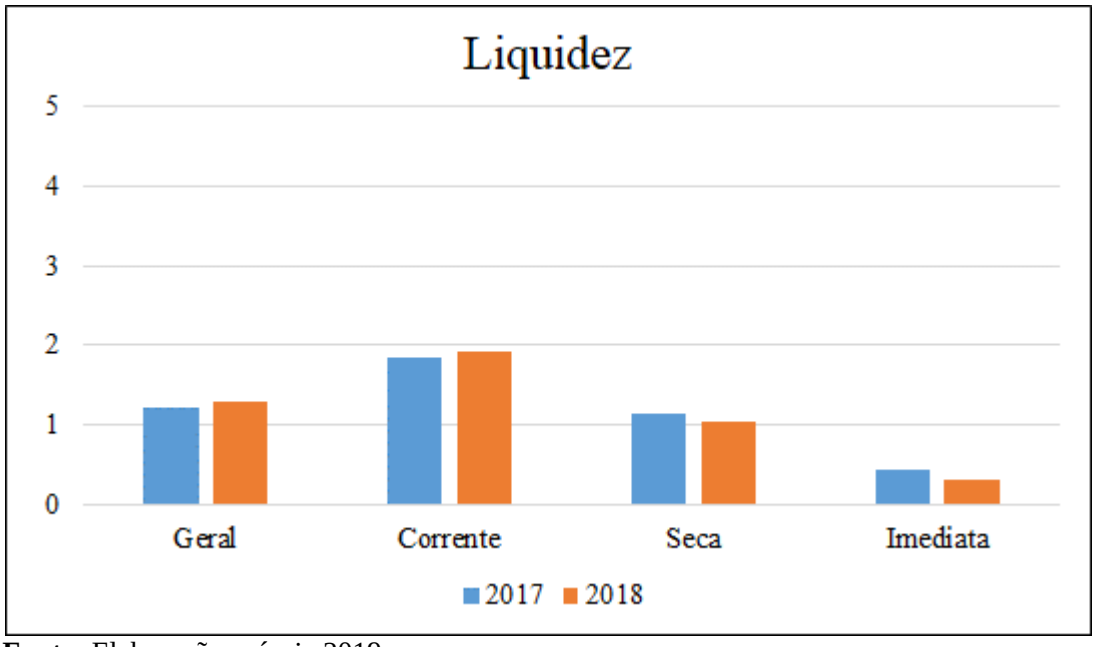
Fonte: Elaboração própria de acordo com as demonstrações contábeis 2017/2018.

Quadro 2: Demonstração do resultado do exercício

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO		
CONTAS	**2017**	**2018**
Vendas de Mercadorias	1.444.302,38	1.302.393,13
Receita Bruta Operacional	**1.444.302,38**	**1.302.393,13**
Devoluções de Vendas Mercadorias	-7.911,29	-
Simples Nacional	-123.930,94	-115.294,56
Deduções das Vendas	**-131.842,23**	**-115.294,56**
Vendas Líquidas	**1.312.460,15**	**1.187.098,56**
CMV/CPV	-663.574,84	-587.581,71
Lucro Bruto Operacional	**648.885,31**	**599.516,85**
Desp. Administrativas	-235.924,35	-237.172,49
Desp. Tributárias	-1.482,82	-6.595,06
Despesas com Pessoal	-283.539,66	-224.792,96
Desp. Financeiras	-19.435,24	-63.057,92
Receitas Operacionais	1090,98	2,20
Receitas Financeiras	4.839,19	6.653,30
Despesas/Receitas Operacionais	**-534.451,91**	**-524.962,93**
Resultado Operacional	114.433,41	74.553,92
Resultado antes IRPJ e CSLL	114.433,41	74.553,92
Lucro Líquido do Período	**114.433,41**	**74.553,92**

Fonte: Elaboração própria de acordo com as demonstrações contábeis 2017/2018.

Gráfico 1: Liquidez



Fonte: Elaboração própria 2019

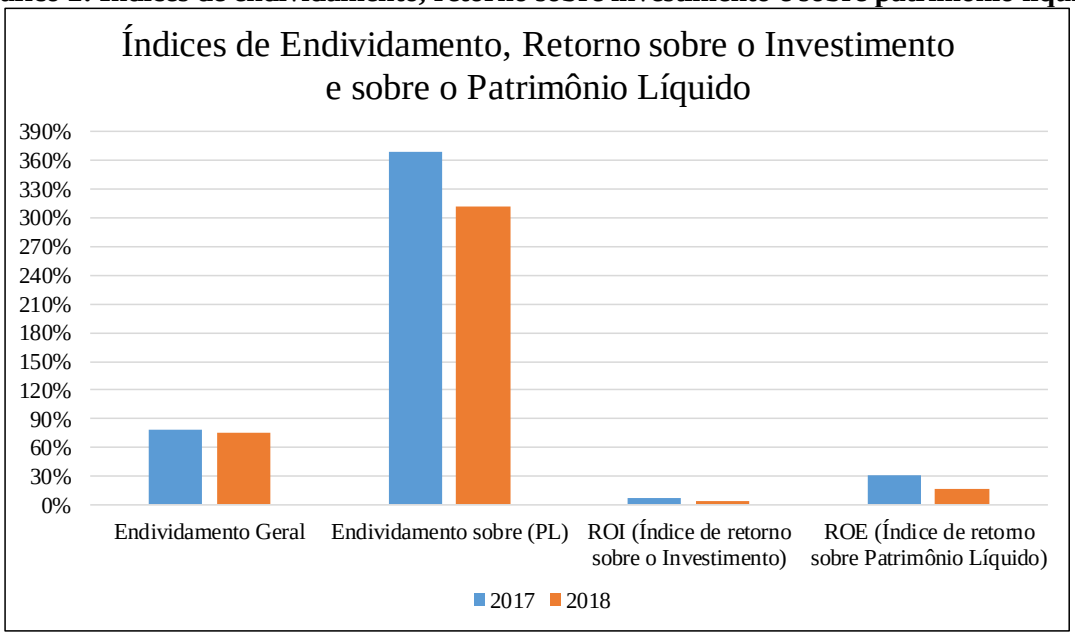
Gráfico 1.1: Liquidez

Liquidez				
Ano	Geral	Corrente	Seca	Imediata
2017	1,22	1,83	1,14	0,43
2018	1,28	1,91	1,03	0,30

Fonte: Elaboração própria 2019

Ao observar a liquidez da empresa, pode-se mencionar que a mesma, de uma forma geral, possui capacidade de pagamento das suas obrigações de curto e longo prazo. Além disso, de fato, mantém os índices nos anos analisados 2017 a 2018, já as contas "Duplicatas a Receber e Estoques" juntas representam mais de 70% do Ativo total da empresa, o que merece uma atenção especial ao realizar as análises financeiras. Com relação a Liquidez Corrente, a mesma possui folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações a curto prazo. Sobre a Liquidez Seca, exclui do cálculo os estoques, por não apresentarem liquidez compatível com o grupo patrimonial onde estão inseridos, logo o resultado deste índice foi menor ao de liquidez corrente, sendo observado com atenção o estoque para a liquidação de obrigações. A respeito da Liquidez Imediata que considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações, excluindo-se além dos estoques as contas e valores a receber, a empresa demonstra que não possui a curto prazo capital suficiente para arcar com todas as suas obrigações, visto que este foi o único índice que ficou abaixo de 1 e merece uma grande importância nas análises financeiras da organização e nas decisões tomadas pelos gestores.

Gráfico 2: Índices de endividamento, retorno sobre investimento e sobre patrimônio líquido



Fonte: Elaboração própria 2019

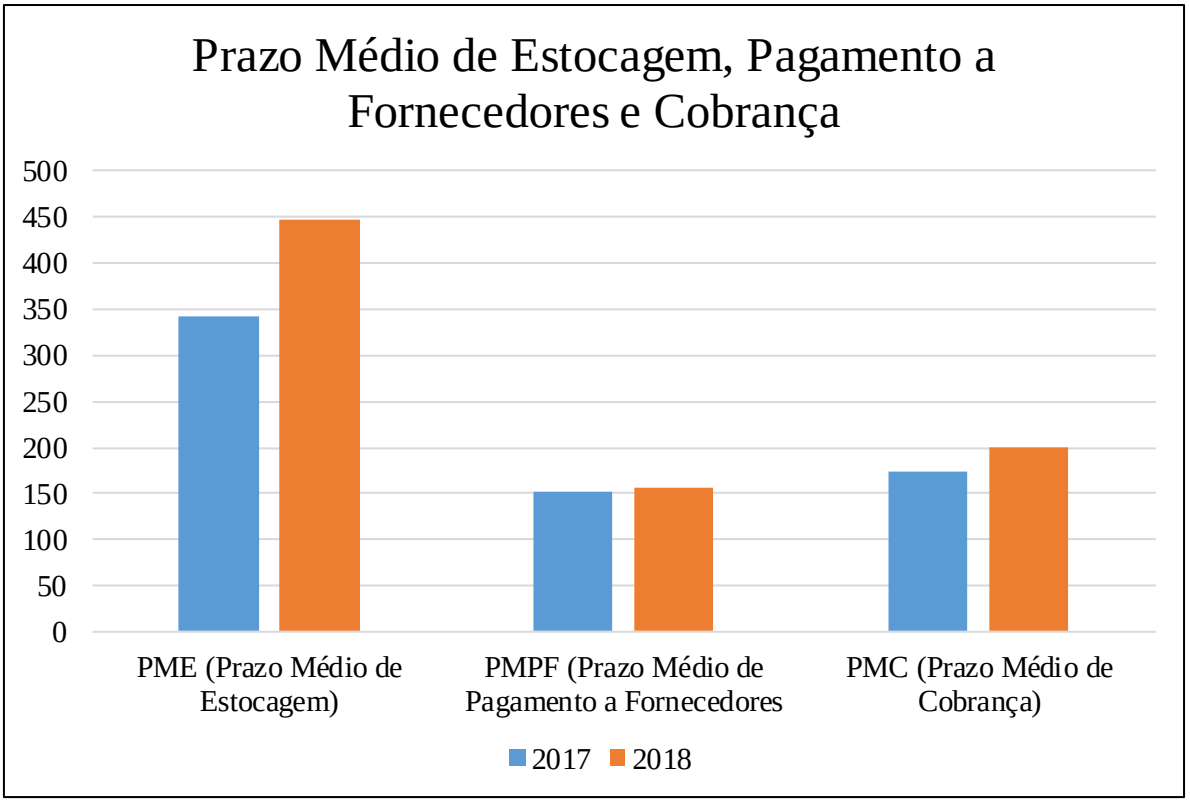
Gráfico 2.1: Índices de endividamento, retorno sobre investimento e sobre patrimônio líquido

Índices de Endividamento, Retorno sobre o Investimento e sobre o Patrimônio Líquido				
Ano	Endividamento Geral	Endividamento sobre (PL)	ROI (Índice de retorno sobre o Investimento)	ROE (Índice de retorno sobre Patrimônio Líquido)
2017	79%	369%	6,68%	31%
2018	76%	311%	4,12%	17%

Fonte: Elaboração própria 2019

No que se refere ao Endividamento Geral nos anos analisados, podemos observar que quase 80% do Ativo Total da empresa estaria comprometido para custear o total de suas dívidas de longo e curto prazo. Já sobre o Patrimônio Líquido, os índices de Endividamento representam3 vezes mais, ou seja, todas as dívidas com terceiros superam o Capital Próprio. Os dados mostram ainda que sobre os índices de retorno 10% do Investimento total já retornaram para a empresa nos dois anos analisados e 50% do Capital Próprio já reverteu em forma de lucros para a empresa.

Gráfico 3: Prazo médio de estocagem, pagamento a fornecedores e de cobrança.



Fonte: Elaboração própria 2019

Gráfico 3.1: prazo médio de estocagem, pagamento a fornecedores e de cobrança.

Prazo Médio de Estocagem, Pagamento a Fornecedores e Cobrança			
Ano	PME (Prazo Médio de Estocagem)	PMPF (Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	PMC (Prazo Médio de Cobrança)
2017	341,36	151,21	173,21
2018	447,09	155,71	200,53

Fonte: Elaboração própria 2019

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todos os aspectos observados no presente estudo, pode-se mencionar que a empresa inicialmente apresentou liquidez possuindo capacidade para pagamento das suas obrigações de curto e longo prazo, porém sobre grande influência das contas "Duplicatas a Receber e Estoques" onde juntas representam mais de 70% do Ativo Total da empresa. Paralelo a esta análise, sobre o Endividamento é necessária uma atenção especial, visto que o Capital Próprio da empresa não é suficiente nem para pagar metade das dívidas de curto e longo prazo. Outro ponto que merece destaque, foram os resultados encontrados mostrando que a organização está obtendo Lucros nos períodos analisados, porém os estoques permanecem em média 1 ano parado. Além disso, está pagando os fornecedores antes de receber as mercadorias, tendo que captar recursos de terceiros para manter as operações e seus compromissos em dia.

Desta forma, após consultas a importantes bibliografias e reflexões na busca de efetivar nossa ideia antecipada, para solucionar os problemas encontrados nesta pesquisa é necessário promover ações no setor comercial como (promoções, descontos especiais, parcerias) para aumentar o giro das mercadorias no estoque, negociar maiores prazos juntos aos fornecedores, reforçar a cobrança dos clientes buscando diminuir a inadimplência, entre outras estratégias para que os resultados sejam melhores e a empresa comece a crescer em todas as áreas.

Logo, conclui-se que os objetivos deste trabalho foram alcançados e que é evidente a importância de se realizar análises financeiras das organizações com ênfase nos prazos de pagamentos e recebimentos, para que, assim, as tomadas de decisões por parte dos gestores sejam mais assertivas, evitando problemas no futuro.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA, Almir Ferreira de; at al. **Manual prático de gestão para pequenas e médias empresas**. – 1. ed. – Barueri, SP: Manole, 2018.

BRUNI, Adriano Leal. **A análise contábil e financeira**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014

MARTINS, Eliseu; Miranda, Gilberto José; Diniz, Josedilton Alves. **Analise didática das demonstrações contábeis** – 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

RIOS, Ricardo Pereira; Marion, José Carlos. **Contabilidade Avançada: de acordo com as normas brasileiras de contabilidade (IFRS)** – 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ASSAF NETO, Alexandre; Lima, Fabiano Guasti. **Curso de administração financeira** – 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Zanluca, Jonatan de Souza. Cálculo e análise dos índices de liquidez. **Portal de Contabilidade.** 2019. Disponível em <www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/indices-de-liquidez.htm>. Acesso em: 25 de novembro de 2019.

http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57. Acessado em: 02 de dezembro de 2019.